

A Nação sem o Império

Diogo Pires Aurélio *

A reflexão em tomo das mudanças registadas em Portugal na última década tem privilegiado, como tema quase obrigatório, o fim do império africano. O facto não é de estranhar, tanto mais que, praticamente desde o declínio do império asiático, a cultura portuguesa oscilou entre dois pólos, um de tragédia que vê o presente em decadência quando o compara com as glórias seiscentistas, outro de voluntarismo e esperança infundada que considera estar no amanhã de um qualquer V Império a restauração dos tempos épicos. Os «Vencidos da Vida» e o P.^e António Vieira são, a esse título, apenas dois casos paradigmáticos.

A par desse registo cultural há, todavia, outros em que a consideração dos factos subsequentes ao abandono das ex-colónias faz sentido. Tratou-se, efectivamente, de um acontecimento decisivo, de um acontecimento que coloca o país perante problemas novos e o obriga a repensar o seu posicionamento no concerto das nações, a reordenar os seus dispositivos de defesa e porventura a reconverter o seu aparelho produtivo. Além disso, foi uma amputação do território português, território em que decorreu uma parte irrecusável da história e que, nessa medida, não era apenas um espaço político, económico e estratégico: era também e sobretudo um dos símbolos privilegiados do corpo nacional, cuja defesa se apresentava como imperativo indiscutível e não como simples resultante de um cálculo de benefícios. Mas será isto suficiente para se afirmar que a perda do império africano teve grandes repercussões na identidade e coesão nacionais? Eis a questão.

I – Uma crise inexistente

* Universidade Nova de Lisboa.

Antes de mais, se houve algumas repercussões, a Nação no seu todo ignorou-as. Chega até a ser surpreendente a forma como por vezes se refere este problema. Porque não se procura analisá-lo através de quaisquer sintomas sociais, culturais ou outros. O mais frequente é ele ser postulado quase como se fosse teoricamente necessário: se a Nação ia do Minho a Timor e refluía de súbito para dentro das fronteiras que tinha há seis séculos, a sua identidade e coesão hão-de por força ser vítimas de uma espécie de trauma. A metáfora, como se vê, sobrevive e sobrepõe-se ao raciocínio. E o mais curioso é que alguns intelectuais, apercebendo-se com lucidez da real inexistência desse problema, pelo menos em dimensões dignas de registo, continuam ainda assim a reflectir no pressuposto de que ele não existe mas deveria existir, concluindo então que a decadência nacional foi a extremos tais que viu perder um império com a mesma apatia com que vê correr as águas do Tejo!¹ A moldura em que o acontecimento é pensado não deixou, portanto, de ser a do decadentismo oitocentista, equacionando sempre os problemas do presente, não em termos de mais ou menos possibilidades de superação, mas sim em termos de maior ou menor afastamento de um passado mítico ou, o que vem a dar ao mesmo, de utopias intemporais.

Sem pretendermos argumentar aqui a partir de juízos de intenção, pois nem é disso que se trata, cremos, no entanto, que este raciocínio está prejudicado e equivocado à partida por presumir que o Estado colonial português, ao tentar a coincidência da nação com o império de forma a legitimar, também por essa via, a dominação de territórios situados além das suas fronteiras primitivas, mais não faria que elidir o facto de sufocar várias nações supostamente existentes e com direito a lutar pela sua independência nacional. Ora, o que se verificava era um pouco diferente. Porque se o Estado português não chegou alguma vez a realizar efectivamente essa ambição de uma nação pluricontinental, esbarrando sempre na diversidade étnica e em reminiscências antropológicas que contrariaram esse projecto (com o qual, de resto, Portugal só se preocupou já muito tardiamente), talvez se possa hoje, dez anos após a descolonização, dizer rigorosamente o mesmo de cada um dos Estados constituídos em África após a saída dos portugueses. Parafraseando o italiano Massimo d'Azeglio, também neste caso

¹ Eduardo Lourenço, ao menos, formula a questão sob a forma de pergunta: «estamos perante um caso de inconsciência colectiva sem paralelo nos anais de outros países (...), resumo de um processo histórico caracterizado por um sonambulismo incurável, ou perante um exemplo de sagesa exemplar, de adaptação realista e consciente aos imperativos mais fundos da consciência e interesses nacionais?» E.L. *O Labirinto da Saudade, Psicanálise Mítica do Destino Português*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1978, p. 45.

Angola está feita, falta fazer os angolanos, Moçambique está feito, falta fazer os moçambicanos, etc., etc. O que não é, aliás, polémico nem como tal poderá ser assumido pelas respectivas autoridades, já que em todos esses Estados se detecta uma nítida e programada preocupação pelo incremento de todos os meios disponíveis para consolidar a coesão de populações tão distintas como as que habitam os seus territórios, preocupação que se acentua à medida que as palavras de ordem anticolonialistas vão perdendo o sentido e a consequente capacidade de unificação. E não se diga que se trata de uma simples reactivação de valores nacionais latentes: o mais importante dos operadores utilizados para esse fim – a língua portuguesa – foi deixado pelo povo colonizador a uma minoria e só agora está em vias de se tomar o principal denominador comum e, consequentemente, a principal arma estratégica. Ou seja, e sem querermos ir muito mais longe no complexo e vasto problema da legitimidade dos movimentos de descolonização e «independência nacional», o que nos foi dado até aqui presenciar foi a transferência de soberania de um Estado que procurava integrar no seu «corpo nacional» a dispersão de populações que habitavam os territórios sob o seu domínio para Estados que procuram retomar essa dinâmica a uma escala mais reduzida e com base em alguns valores diferentes (não todos, nem os mais importantes, como vimos), mas encontrando dificuldades do mesmo género. Quem averiguar, por exemplo, a história de Moçambique e atentar na forma como Gungunhana foi «recuperado» como herói nacional aperceber-se-á de algumas dessas dificuldades, se não mesmo contradições.

Tais factos, supomos, permitem enquadrar sob uma perspectiva um pouco diferente a questão de que partimos. Assim, e como se demonstra até pelas observações dos que censuram (?) o facto, não parece que o fim do império tenha produzido um verdadeiro abalo ou modificação naquilo que constitui o núcleo de valores e o imaginário identificativos da nação portuguesa. Pelo contrário, estamos em crer – e aqui reside o fundamental da hipótese que sustentamos – que essa inexistência de qualquer ruptura ou sobressalto visível mostrou precisamente o contrário do que alguns pretendem, isto é, o peso e a capacidade vinculativa de uma série de elementos simbólicos e mais ou menos inconscientes que perduram. Já voltaremos a alguns destes conceitos, sem dúvida controversos, mas, antes disso, vejamos:

1 – A rápida integração das populações retomadas de África, algumas pertencentes a famílias há muito ali radicadas, não seria possível, por mais acertados que fossem os meios administrativamente encontrados, se não se desse o caso de elas nunca terem realmente saído da esfera delimitada pela língua, cultura, tradições, modos de agir e

valores nacionais portugueses, podendo assim dizer-se que, de certo modo, reentravam num espaço que nunca haviam realmente deixado.

2 – Por outro lado, se repararmos em alguns dos sintomas mais marcantes da cultura portuguesa na última década, verificamos facilmente que em poucas ocasiões terá emergido em tal profusão a consciência de uma matriz referenciadora de experiências dispersas no tempo e no espaço e, nessa medida, propiciando a clara autonomia da comunidade face às culturas envolventes. E o facto é tanto mais surpreendente quanto a sua irrupção não tem a ver com nenhuma orientação programada nem com qualquer pretexto político-ideológico, antes se apresentando como transversal às várias ideologias em presença e alheio a intuítos políticos que circunstancialmente o tenham tentado dirigir ou aproveitar. Vejam-se, no cinema, obras como as de António Reis, Paulo Rocha, João César Monteiro, João Botelho ou até algumas de Manoel de Oliveira, onde a fuga a temas convencionalmente protagonizadores de uma fictícia identidade, tais como os de certa arte imediatamente anterior, não escapa à interrogação que é, afinal, uma procura de redefinição da imagem mítica da comunidade portuguesa. Ou leiam-se romances como os de Agustina Bessa Luís, em particular os últimos que ela publicou, de José Saramago, Ruben A., Mário Cláudio ou Almeida Faria, para citar unicamente alguns dos mais conhecidos, e ver-se-á, melhor do que em quaisquer exercícios especulativos, a demonstração dessa multifacetada e até mesmo controversa busca de um «nós», sempre plural e discutido, mas sempre pressentido. Não se trata, evidentemente, de uma espécie de nacionalismo renascido, já que o nacionalismo pressupõe a deliberação de transformar esse «nós» em motor de determinadas soluções a adoptar. Mas é, sem dúvida, um sintoma de que, ao menos implicitamente, se reconhece uma instância mais ou menos condicionadora das atitudes individuais, de uma atmosfera de sentido que impregna e circula pela comunidade através dos tempos e dos lugares. É, se se quiser, a emergência de um sujeito colectivo, plural e heterogeneamente entendido mas autónomo, após várias décadas em que ele parecia apagado na maior parte das manifestações culturais de vanguarda pela sobreposição de outras solidariedades com que se supunha iludir por completo o significado das fronteiras.

Tudo isto constitui, a nosso ver, sinais bastantes para que se iniba ou ao menos se mitigue a alegação de uma crise de identidade nacional na sequência da chamada «ressaca imperial»². A bem dizer, nem sequer houve «ressaca imperial» ao

² A expressão é também de Eduardo Lourenço, que intitula assim um artigo publicado na revista *Prelo*, Lisboa, 1983: «Crise de Identidade ou Ressaca Imperial?»

nível da nação, se considerarmos que esta nunca se viveu realmente como império a não ser nas magníficas e bem intencionadas manifestações de alguma literatura e arte quinhentistas e na propaganda do anterior regime quando foi posta em causa a sua presença em África. Quanto à identidade nacional, já vimos que ela se afirmou e afirma reactivada até pelas interrogações levantadas a seu respeito. O que não houve, talvez, foi a sua tradução nas propostas apresentadas à comunidade a título de continuação da sobrevivência nacional. Mas isto nem sequer é de estranhar, dada a relativa conaturalidade com que a solução dos problemas mediante as reservas coloniais se apresentou ao país durante séculos. Na altura em que estas se esgotaram, então é que foi necessário encontrar alternativas e seria ingénuo supor que a consonância das alternativas com a experiência acumulada se pode fazer por dedução automática. Sabe-se que ela é necessária como condição para obter a mobilização da comunidade em tomo de uma opção, não se postulam em abstracto as opções que ela comporta. Daí a margem de intuição e *virtude* política, imprescindível a quem propõe e decide, para traduzir a inovação em propostas que sejam um prolongamento e não uma ruptura com o sistema de ideias já experimentado.

II – A verdadeira crise

Posto isto, a questão encontra-se deslocada para um outro espaço problemático. A identidade nacional existe como disponibilidade latente e dir-se-ia quase como um privilégio facultado por circunstâncias históricas a nações como Portugal e, no entanto, a sua capacidade mobilizadora revela-se cada vez menor. Dito de outro modo, ela parece fazer cada vez menos sentido, se entendermos por sentido a impregnação das populações pela sua simbólica e, sobretudo, a aceitação das exigências que a cada um solicita. Para darmos só um exemplo, sondagens recentes indicam que 39 por cento dos jovens portugueses respondem negativamente à pergunta se estão predispostos para lutar em caso de invasão de Portugal. Levadas ao limite as implicações deste facto na organização e instrução de um exército, conclui-se que quase metade da população militarmente mobilizável se encontra numa situação a que só o bilhete de identidade impede que se chame mercenária. Aliás, já em 1982, um outro estudo revelava que 34 por cento dos jovens não considera o exército nem útil nem necessário, 13 por cento não tem opinião sobre o assunto e, além disso, 68 por cento dos compreendidos entre os 15 e os 24 anos preferiria serviços de tipo

social como alternativa ao serviço *militar*³. Já sabemos que tais propósitos poderão atenuar-se em circunstâncias de ameaça efectiva, altura em que emergem sentimentos e atitudes que a frio se recalam, mas nem por isso deixará de ser preocupante imaginar a posição de um instrutor militar, se não tiver das suas funções um conceito meramente técnico, quando for obrigado a fundamentá-las num quadro de valores e simbologia que sabe, à partida, não fazer sentido para boa parte dos instruendos.

Tal situação é deveras real e exige séria reflexão, mas não só não pode considerar-se um efeito do fim do império como não é sequer exclusivamente portuguesa. Teóricos como Jurgen Habermas referem precisamente como característica dos Estados ocidentais aquilo que designam por *tripla crise* – de *racionalidade*, de *legitimação* e de *motivação* – constatando assim no domínio do social e a propósito da situação no chamado *Estado-Providência* uma dificuldade já antiga e enunciada em contextos históricos bem diferentes por vários ensaístas dos últimos dois séculos: de que modo assegurar a coesão de agregados que não são assistidos por uma lógica interna que inscreva as suas opções colectivas num eixo de referências assumidas comumente e que, pelo contrário, são atravessados por fluxos de opinião tendencialmente centrifugadores? Como substituir, em suma, os antigos valores numa sociedade constituída com base na discussão permanente entre os seus membros? Alexis de Tocqueville, Augusto Comte e Max Weber deixaram páginas justamente conhecidas sobre esta questão que o mundo moderno não deixou de colocar.

Aqui reside, efectivamente, quer seja ou não teorizado, um dos principais problemas que levanta a extinção do regime em que a soberania plena assentava na pessoa do rei. Esta última, por um consenso elaborado já em finais da Idade Média pelos juristas ingleses, desdobrava-se na dupla faceta de um corpo físico e um corpo político e simbólico no interior do qual eram assimiladas as interacções entre indivíduos e justificada a sua hierarquização social, de forma que combater pelo rei fosse entendido como combater por si mesmo⁴. Toda esta estrutura mental e jurídica muda a partir do momento em que o rei perde esta «segunda pessoa» ou mesmo a primeira, como sucede em França com a decapitação de Luís XVI. No mesmo movimento com o qual corta a cabeça ao rei, a guilhotina retira o significado ao

³ Dados recolhidos do artigo de José Apolinário, «Os jovens e a defesa nacional», in *Diário de Notícias*, 14 de Junho de 1986.

⁴ Vide Ernst Kantorowicz, *The King's Two Bodies*, Londres, 1954.

princípio de coesão da antiga sociedade e descobre a ausência de fundamento da narrativa de legitimação em que ela assentava os seus alicerces. O problema vai ser substituí-la por uma outra narrativa com fundamento, ou seja, com sentido para o grupo, sendo que este começa a recusar legitimidade a qualquer princípio de soberania que o transcenda. E aqui, o conceito de nacionalidade será chamado a funções bem mais amplas e precisas do que aquelas que desempenhara até então, deixando de designar apenas uma origem, de sangue ou de lugar.

Na verdade, esse conceito vai tomar-se, ao longo de todo o século XIX e pelo século XX adiante, o fio condutor e o recurso mais frequente para legitimar a luta pela redefinição de fronteiras em todos os continentes, quando não mesmo a luta pela mudança de regime em algum países da Europa. O seu conteúdo, é bom de ver, oscilará um pouco ao sabor das circunstâncias, invocando ora o *jus sanguinis* ora o *jus soli*, isto é, promovendo razões históricas ou razões geográficas, como acontece em quase todo o continente latino-americano, ou ainda conjugando ambas, mesmo quando, como é o caso dos Estados Unidos, a história disponível é curta e, por isso mesmo, tem de ser inscrita em registos metafóricos que decalcam a saga dos pioneiros sobre a narrativa bíblica da terra prometida, da travessia do Nilo (agora mudado em Atlântico) e da libertação do jugo egípcio (a que se associa a administração inglesa). O importante é que essa narrativa circule por todo um povo e seja suficiente para consolidar as suas fronteiras, quer dizer, para criar nesse agregado a consciência de um «nós» claramente diferenciado de um «eles». Para lá dessas fronteiras, haverá interlocutores ou inimigos, mas sempre corpos estranhos à nação, com os quais se pode acordar a paz temporária mas nunca suprimir, através de qualquer utópico tratado universal, a tendência para a transgressão, a conflitualidade e a guerra inscrita no próprio código genético dos «corpos políticos».

No fundo, repare-se, é ainda e sempre a tentativa para reinventar o todo orgânico, o qual foi desmembrado com a morte do rei mas é necessário para neutralizar os riscos de desagregação que comporta a consideração do tecido social como simples justaposição atômica de indivíduos com interesses sempre diferenciados. Como consegui-lo? Uma vez mais, por meio da transposição das características do corpo físico individual para o corpo político da comunidade, transposição que, levada a excessos metafóricos, poderá implicar a reificação da vontade colectiva e

desconhecer por completo o significado das vontades individuais⁵. Conforme tem abundantemente sublinhado a psicologia contemporânea, sem uma imagem de si mesmo, sem uma «máscara» afivelada por sobre as suas contradições internas, o indivíduo será um corpo físico mas não se reconhecerá como pessoa, pois não referenciará a multiplicidade de possíveis aplicações da *libido* a um mesmo sujeito integrador. É esse o mecanismo que preside, afinal, à identificação dos agregados e nações.

O problema é que, se a racionalidade medieval e mesmo clássica comportava uma fundamentação para a legitimidade do soberano, deduzindo-a por via teológica, a racionalidade moderna não tutela da mesma forma a soberania nacional. Um pensador do século XVII como Espinoza poderá, a este respeito, dizer que «a natureza não faz nações, faz indivíduos», sem que alguém viesse, depois dele, contrariá-lo no preciso terreno em que o afirmava e que é ainda o mesmo que preside ao desenvolvimento das ciências no século em que começam a afirmar-se as nações no sentido actual. A consequência disto é clara: ao contrário do rei, cuja figura e poder se entendiam como naturalmente alicerçados, as nações, quando sujeitas a uma análise racional, terão de se entender como fundadas por convenção, ou seja, por cálculo de vantagens. E, no entanto, não haveria nada mais arriscado para a sua vitalidade e eficácia do que um tal entendimento.

Qualquer narrativa de legitimação, para que de facto funcione como tal, terá de apresentar-se acima dos que por ela são abrangidos, terá de se presumir como anterior aos indivíduos e nunca como produzida por eles. Já Rousseau, aliás, se apercebia disto mesmo ao analisar a dificuldade da tarefa do legislador, que «vê» o interesse comum, mas vê ao mesmo tempo que não o pode demonstrar e impor sem se servir da força. «Esta a razão – diz Rousseau, invocando a autoridade de Maquiavel – que em todos os tempos forçou os pais das nações a recorrer à intervenção do céu e a louvar os deuses pela sua própria sabedoria, a fim de que os povos, tão submetidos às leis do Estado como às da natureza, ao reconhecerem o mesmo poder na formação do homem e da cidade, obedeçam livres e suportem docilmente o jugo da felicidade pública.

Por esta sublime razão, que está fora do alcance dos homens vulgares, coloca o legislador as suas decisões na boca dos imortais, para que a autoridade divina

⁵ A este respeito, é curioso notar como, nas sociedades totalitárias, o adversário do poder é sistematicamente apontado como agente a soldo do estrangeiro, ou seja, como um anticorpo introduzido no seio da nação.

conduza aqueles que a prudência humana não saberia conduzir»⁶. A dificuldade, todavia, está em que os legisladores e os agentes políticos, por um lado, deixaram de poder fazer tutelar as leis por instâncias transcendentais, pois, como acrescenta ainda Rousseau, «não está nas faculdades de qualquer homem fazer falar os deuses»; por outro lado, têm cada vez menos ao seu alcance a possibilidade de garantir a reactivação de uma dinâmica colectiva sem demonstrar primeiro as vantagens que esperam os indivíduos a troco do seu empenhamento. Ora, as vantagens de uma tal dinâmica só raramente e em situações limite são perceptíveis a curto prazo, pelo menos com aquele grau de percepção que leve à aceitação de sacrifícios. E este o caso da manutenção de um sistema de defesa em tempos de paz. Aqui, o empenhamento exige mais do que a simples dedução racional de benefícios, regra geral longínquos demais para mobilizarem os indivíduos. Exige algo a que tem de chamar-se *crença*. As crenças, porém, não se impõem pela força, a não ser no aspecto exterior de simples ritos: cultivam-se, isto é, precisam de ser alimentadas na colectividade por meios continuados e persistentes. Não quer dizer que elas sejam cegas, visto que partem do princípio de que a defesa não se exerce apenas em situações de perigo mas sim na permanente afirmação da identidade, coesão e independência. Quer simplesmente dizer que a lógica com que dela se persuadem os indivíduos assenta em postulados outros que não os do «contrato social».

III – O contratualismo e a nação

Na alínea anterior, tentámos esboçar algumas das razões que poderão explicar o crescente enfraquecimento do sentido da nação em muitas sociedades contemporâneas, especialmente as democráticas e liberais, na exacta medida em que o seu conceito não deriva da racionalidade dominante, aquela em que assenta o desenvolvimento científico e tecnológico. Gostaríamos, seguidamente, de referir uma outra ordem de razões que tem a ver com o igual alheamento desse conceito face aos critérios que presidem à própria estruturação do regime democrático, na certeza de que, se o empobrecimento dos valores tradicionais contribuiu, em Portugal e em toda a parte, para o consequente empobrecimento

⁶ Vide J. Jacques Rousseau, *Du Contrat Social*, Livro II, cap. VII.

do significado dos símbolos da nação, a mudança de regime aqui ocorrida há 12 anos não pesará menos para esse efeito no caso de se ignorar o problema.

A identificação por vezes intentada até 1974 entre o Estado e a nação portuguesa não era, ao contrário do que possa parecer, fruto de um simples voluntarismo estratégico, uma vez que se inseria harmonicamente numa concepção do Estado erguida sobre a matriz da nação e sob o paradigma do corpo político entendido como totalidade orgânica. Enunciados como «a nação não se discute» visavam, obviamente, pôr o Estado a salvo de discussão, mas poderiam aparecer como lógicos porque integrados numa operação mais vasta destinada a definir este pelos atributos daquela. Porque a nação, como vimos, inscreve-se numa ordem de racionalidade diferente e é, de facto, indiscutível, porquanto não há critérios para aferir o valor de um símbolo enquanto ele disser algo e mobilizar uma comunidade, da mesma forma que não há critérios objectivos para aferir o valor de uma obra de arte. Estamos no domínio da subjectividade, de uma subjectividade que pode ou não ser partilhada entre os membros de um agregado: se o for, transformar-se-á em valor universalmente aceite, na medida em que, fazendo sentido para todos ou para a maioria, actua como referência e possibilita acções colectivas desencadeadas em função dele; se o não for e se não houver outros a desempenhar esse papel, a comunidade estará em risco de deixar de se reconhecer como tal e estará desmotivada para a sua defesa.

O Estado democrático, porém, assenta numa outra matriz e, sem neutralizar embora a realidade da nação, também se não pode identificar com ela. A matriz do Estado democrático é o corpo político assumido como campo de forças operando numa dinâmica conflitual, de cuja resultante deriva a legitimidade do exercício do poder. E esta substituição do paradigma *orgânico* por um paradigma *mecânico* é cheia de consequências. Assim:

- 1 – A nação pressupõe um todo historicamente integrado, a democracia pressupõe indivíduos que escolhem entre os possíveis modos de integração.
- 2 – A nação pressupõe valores indiscutíveis, a democracia pressupõe mecanismos de permanente questionação e redefinição dos valores.
- 3 – A nação regula-se por uma «ética da consciência», a democracia regula-se por uma «ética da responsabilidade».

Além disso, e porque a narrativa de legitimação do poder em democracia assenta no maior ou menor número de votos efectivamente manifestados e favoráveis, admitindo no seu interior o desenvolvimento de forças que se lhe opõem:

4 – A vontade nacional deixa de ser um conceito unívoco na prática, se bem que por definição o seja, abrindo o campo ao jogo das interpretações consubstanciadas nos vários grupos políticos.

5 – A defesa nacional, continuando a apresentar-se como um imperativo acima de quaisquer interesses individuais ou de grupo, nem por isso deixa de estar dependente da sensibilidade de cada governo.

Este duplo registo em que se inscreve a vida dos Estados democráticos é, por assim dizer, consubstancial à sua própria concepção. Os problemas que se levantam para traduzir a *vontade geral*, já em plena Revolução Francesa e até mesmo nas elaborações teóricas que a antecedem e lhe oferecem um corpo de ideias, são disso o mais flagrante testemunho. Por outro lado, as várias interpretações actual e historicamente verificadas ao longo destes dois séculos acerca da *soberania popular* e do exercício do poder na base desse postulado oferecem uma tal amplitude de variações que fica em dúvida a capacidade do conceito para servir de identificação a um modo específico de governar. Quanto muito, servirá para isolar a vaga de fundamentalismo islâmico, que efectivamente decorre num quadro mental e jurídico que lhe é estranho. No resto, sociedades abertas e sociedades totalitárias inscrevem-no como fonte da sua legitimação, sem que daí se deduzam as abissais diferenças que as separam. Basta, aliás, constatar o emaranhado raciocínio em que Rousseau se perde para formular a *vontade geral*, não a partir da soma das vontades individuais, mas a partir do cálculo infinitesimal da soma das pequenas diferenças entre essas mesmas vontades⁷. Porém, o que importa acima de tudo recordar aqui é a perplexidade que gera, imediatamente após a Revolução de 1789, o conceber-se o poder como legitimado e assente num cálculo matemático e a sociedade como uma grandeza atomicamente divisível e já não como um corpo. Com efeito, é desta mesma perplexidade que arranca a procura de reconstituição do *corpo político*, agora em bases novas e que já não têm a ver com a pessoa do rei mas com essa algo esfíngica pessoa da nação, tal como será a partir dela que se opera, segundo a estimulante análise de Claude Lefort⁸, a conciliação, nas sociedades totalitárias do presente século, entre a soberania popular e a vontade da classe dirigente.

O nascimento das nações, no sentido de Estados-nações em que hoje em dia as tomamos, correspondeu, pois, a uma tentativa de neutralizar os riscos de

⁷ *Idem*, Livro II, cap. III.

⁸ Vide Claude Lefort, *L'Invention Démocratique*, Ed. Plon, Paris, 1982.

desagregação inerentes à legitimação meramente aritmética do poder. Nessa medida, ele irá traduzir-se numa procura de elementos de possível coesão pré-existentes, fazendo apelo aos valores disponíveis para esse efeito: a língua, a história, as etnias, os costumes, etc., etc., tudo coisas que estejam aí, que sejam, portanto, indiscutíveis e que antecedam a multiplicidade de escolhas que a sociedade fará através do exercício desse novo mecanismo que é o contrato. E anteceder, neste contexto, não significa tanto uma anterioridade temporal como uma espécie de atmosfera, de elemento condicionador e integrador das escolhas a efectuar.

Vem desta sua natureza a rejeição de que é alvo por parte de um certo contratualismo mais recente, o qual, socorrendo-se exclusivamente da racionalidade que preside às ciências e ao direito, tende a negar qualquer significado a todo o tipo de fenómenos que têm a ver com outro tipo de racionalidade, ou seja, com a esfera do simbólico e da comunicação assente em significantes cujo sentido ultrapassa o seu mero carácter de objectos. Não cremos, no entanto, que uma tal via, sendo embora legítimo propô-la como *ideal* político a atingir por uma progressiva racionalização das sociedades, possa actualmente dar conta da realidade que se nos depara e onde o fenómeno nacional salta aos olhos nos mais diversos matizes e nos mais diversos quadrantes ideológicos. Explicar, por exemplo, a história contemporânea dos Estados Unidos sem recorrer a essa variável que é o culto permanente da nação, com as dinâmicas colectivas que a partir dele se desencadeiam, é recusar-se a compreendê-la.

Onde o problema poderá residir é na compaginação efectiva destas duas ordens de legitimação em que assentam as sociedades liberais e democráticas, tendo uma a sua base irredutível no indivíduo e a outra no todo da comunidade. Porque se é equívoco e arriscado pensar que elas se excluem, não o será menos pensar que elas se confundem naturalmente. O que tentámos dizer foi precisamente a diferença de natureza de cada uma, de onde resulta que a sua conciliação terá de ser fruto de um trabalho politicamente decidido e para o qual não existe qualquer modelo em abstracto. Mais ainda, não existe sequer uma simbologia predeterminada para consubstanciar a vinculação de um agregado: tantos perigos haverá na banalização dos valores em dado momento actuates e mobilizadores, como na sua cristalização a partir da altura em que através deles já não circula por entre os elementos da comunidade o significado da nação como *vínculo substancial* do agregado. Convirá, assim, não esquecer que o sentido deste vínculo não se esgota num ou noutro símbolo, os quais poderão até variar sem que daí resulte a perda de sentido do essencial. E o essencial, aqui, reside na integração das sucessivas escolhas num espaço referencial que os símbolos nacionais traduzem mas não esgotam, de modo a garantir o empe-

nhamento máximo dos indivíduos nos empreendimentos que a todos interessam, não só quando esse interesse é imediatamente visível como também e sobretudo quando ele, sem deixar de ser real, é impossível de traduzir em vantagens individuais a curto prazo. Sem isto, não parece muito viável manter um sistema de defesa nas actuais circunstâncias.

